



OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A.

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Versão Ano-base 2025

Documento institucional destinado ao público em geral

Este documento apresenta, em linguagem clara, didática e institucional, como a OZ Câmbio estrutura a governança, o acompanhamento prudencial, a avaliação de adequação e a resposta a cenários de pressão sobre capital, preservando a solidez do negócio e a continuidade de suas operações.

Sumário

1. Apresentação institucional	3
2. O que significa gerenciar capital em uma corretora de câmbio	3
3. Modelo de negócios e sua relação com a necessidade de capital	4
4. Base regulatória e evolução recente do arcabouço prudencial	4
5. Princípios que orientam o gerenciamento do capital	5
6. Governança do capital e responsabilidades institucionais	6
6.1 Síntese pública da governança	6
7. Estrutura de capital e leitura patrimonial	7
8. Riscos relevantes para fins de capital	7
8.1 Exemplo público de leitura entre risco e capital	8
9. Avaliação da adequação do capital	8
10. Visão prospectiva e estratégia de capital	9
11. Monitoramento contínuo e indicadores prudenciais	10
12. Cenários de estresse e leitura de sensibilidade	10
13. Plano de contingência de capital	11
14. Integração com riscos, controles internos, AIR e Pilar 3	11
15. Compromisso institucional, revisão e disposições finais	12

1. Apresentação institucional

A OZ Corretora de Câmbio S.A. mantém política específica de gerenciamento do capital como parte integrante de sua estrutura prudencial e de sua governança corporativa. Ao divulgar esta versão pública, a instituição busca apresentar ao público em geral, em linguagem mais acessível e fluida, como organiza a matéria capital, por que ela é relevante e de que modo essa disciplina contribui para a solidez, a continuidade e a confiabilidade de suas operações.

Diferentemente da versão interna, destinada à administração, aos controles internos, à auditoria e à supervisão, este documento não detalha parâmetros sensíveis, bases gerenciais reservadas, gatilhos internos específicos, projeções confidenciais ou informações estratégicas cuja ampla divulgação possa afetar a proteção institucional. Em seu lugar, oferece uma leitura robusta, clara e juridicamente segura sobre os fundamentos da política, sua lógica de governança e sua integração com a estrutura de riscos da OZ.

O tema capital, embora muitas vezes percebido como estritamente técnico, possui dimensão concreta e facilmente compreensível: ele se relaciona à capacidade da instituição de manter seu funcionamento de forma prudente, absorver efeitos adversos de eventos inesperados e continuar operando de maneira segura e regular. Em outras palavras, capital adequado é um dos elementos que sustentam a resiliência da instituição no tempo.

Por essa razão, a política de gerenciamento do capital não deve ser lida como formalidade documental. Trata-se de um instrumento de administração prudencial, disciplina patrimonial e planejamento institucional, conectado ao porte, ao modelo de negócios, aos riscos relevantes e à estratégia da OZ Câmbio.

2. O que significa gerenciar capital em uma corretora de câmbio

Gerenciar capital, em uma perspectiva prudencial, significa avaliar continuamente se a base patrimonial da instituição permanece compatível com a natureza de suas atividades, com a materialidade dos riscos a que está exposta e com a necessidade de preservar sua capacidade operacional mesmo em cenários menos favoráveis. Não se trata apenas de observar um indicador regulatório isolado. Trata-se de manter uma visão organizada, prospectiva e prudente sobre a suficiência patrimonial do negócio.

Em uma corretora de câmbio, o tema capital assume contornos próprios. A lógica patrimonial e de riscos de uma sociedade corretora de câmbio não é idêntica à de um banco comercial, de um conglomerado universal ou de uma instituição intensiva em crédito. Ainda assim, a obrigação de gerir capital de forma séria e estruturada permanece. O desafio institucional consiste justamente em aplicar o princípio da proporcionalidade sem reduzir a robustez do controle.

Na prática, isso significa que a instituição precisa conectar capital ao seu contexto real. Deve observar a qualidade de sua base patrimonial, a sensibilidade de seus resultados, a natureza das operações realizadas, a existência de riscos materiais, a evolução do ambiente regulatório e a possibilidade de ocorrência de eventos adversos que possam pressionar a margem prudencial. O gerenciamento do capital é, portanto, uma forma de antecipação e não apenas de reação.

Para o público externo, a mensagem central é simples: a OZ trata o capital como um dos pilares da estabilidade do negócio. A instituição não se limita a verificar, de forma pontual, se está acima de determinado mínimo regulatório. Ela procura manter disciplina, leitura prospectiva e capacidade de resposta ao longo do tempo.

3. Modelo de negócios e sua relação com a necessidade de capital

O ponto de partida de qualquer política prudencial séria é o modelo de negócios da própria instituição. No caso da OZ Câmbio, a atuação está vinculada ao mercado de câmbio e às operações compatíveis com seu objeto social e com a regulamentação vigente. Essa característica molda o perfil de riscos do negócio e, por consequência, influencia diretamente a forma como o capital deve ser analisado, acompanhado e preservado.

Uma corretora de câmbio possui dinâmica operacional distinta daquela observada em instituições tipicamente bancárias. Isso significa, por exemplo, que determinados riscos são estruturalmente menos relevantes do que seriam em instituições com carteiras de crédito de maior prazo, captação massiva de recursos ou ampla carteira bancária. Por outro lado, existem riscos que permanecem centrais, como riscos operacionais, riscos de mercado em determinadas exposições, riscos de liquidez associados ao fluxo operacional e riscos de governança e continuidade.

Essa relação entre negócio e capital é importante porque evita tanto exageros quanto simplificações indevidas. Exagero seria importar, sem adaptação, uma política desenhada para conglomerados muito mais complexos. Simplificação indevida seria concluir que, por atuar em estrutura mais enxuta, a instituição poderia tratar capital como mera formalidade. A abordagem correta é a proporcionalidade robusta: controle compatível com o porte, mas tecnicamente sério e governado.

Na OZ, a política de capital parte exatamente dessa compreensão. O modelo de negócios não reduz a importância do capital; ele informa a forma adequada de administrá-lo. Em termos públicos, isso significa que a instituição procura alinhar sua disciplina patrimonial à realidade concreta de suas operações, preservando coerência prudencial.

4. Base regulatória e evolução recente do arcabouço prudencial

A disciplina regulatória relativa a riscos e capital no sistema financeiro brasileiro passou por evolução relevante nos últimos anos. A Resolução CMN nº 4.557, de 2017, permanece como

marco importante da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, mas o arcabouço prudencial posterior tornou-se mais segmentado, proporcional e aderente à diversidade de modelos institucionais presentes no mercado. Isso exige que a leitura normativa da instituição seja permanentemente atualizada.

No contexto mais recente, ganharam importância normas específicas expedidas pelo Banco Central do Brasil para tratar da estrutura de gerenciamento de riscos, da estrutura de gerenciamento de capital e da política de divulgação de informações em instituições enquadradas segundo a classificação por Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3. Também houve atualização de regras relacionadas à classificação prudencial das instituições e à metodologia prudencial aplicável a instituições classificadas como Tipo 3, com reflexos diretos sobre o enquadramento das corretoras de câmbio. Essas mudanças tornaram inadequada uma ancoragem exclusiva na redação histórica de 4.557, tomada isoladamente.

Em perspectiva pública, isso significa que a política da OZ não se apoia apenas em um referencial normativo antigo. Ao contrário, ela considera a evolução do ambiente prudencial e procura refletir, em sua redação e em sua governança, as normas mais recentes que reorganizaram a lógica regulatória aplicável às instituições do seu perfil. Essa atualização é importante tanto para fins de aderência quanto para credibilidade institucional.

Além do fundamento regulatório específico sobre riscos e capital, a política também dialoga com outros instrumentos e referenciais internos, como avaliação interna de risco, controles internos, relatórios prudenciais e instrumentos de divulgação regulatória. Isso evita que capital seja tratado como assunto isolado e reforça sua integração à governança da instituição.

5. Princípios que orientam o gerenciamento do capital

O gerenciamento do capital na OZ Câmbio é orientado por um conjunto de princípios que dão coerência e consistência à atuação institucional. O primeiro deles é a prudência. Isso significa que a instituição procura manter leitura conservadora de sua suficiência patrimonial e evitar decisões que possam comprimir indevidamente sua margem de segurança sem justificativa econômica e prudencial adequada.

Outro princípio central é a proporcionalidade. A política reconhece que o gerenciamento do capital deve refletir o porte, a complexidade, a natureza do negócio e o enquadramento prudencial da instituição. Proporcionalidade, contudo, não significa superficialidade. Significa aplicar controles compatíveis com a realidade do negócio, preservando robustez, governança e capacidade de demonstração perante auditorias e supervisão.

Também orientam a política os princípios de integração, rastreabilidade, atualização tempestiva, coerência entre risco e capital, postura conservadora diante de incertezas relevantes e capacidade de resposta a cenários adversos. Em termos práticos, esses

princípios exigem que decisões materiais relacionadas a capital sejam justificadas, documentadas, supervisionadas e conectadas à leitura dos riscos relevantes.

Para o público externo, esses princípios traduzem a forma como a OZ entende seu papel prudencial: não como mera cumpridora formal de exigências, mas como instituição que procura organizar o tema capital de forma séria, inteligível e compatível com as melhores práticas de governança.

6. Governança do capital e responsabilidades institucionais

A governança do capital na OZ está estruturada para assegurar que o tema seja tratado em nível apropriado de administração e não apenas como apuração técnica periférica. A Diretoria desempenha papel central ao aprovar a política, revisar suas premissas, acompanhar indicadores relevantes, deliberar sobre medidas preventivas ou corretivas e assegurar que a instituição disponha de recursos, processos e informações adequados para o exercício do gerenciamento prudencial do capital.

Essa governança não se exaure na aprovação formal do documento. Ela envolve acompanhamento periódico da suficiência patrimonial, leitura crítica das mudanças no perfil de risco, análise de cenários prospectivos, atenção a alterações regulatórias e capacidade de deliberação em situações de pressão ou deterioração prudencial. O tema capital, assim, permanece integrado à agenda da administração e não confinado a rotina puramente operacional.

Além da Diretoria, a estrutura de governança conta com o apoio das áreas e funções ligadas a riscos, controles internos, contabilidade, finanças, compliance e auditoria. Cada uma contribui, sob sua perspectiva, para a formação de uma leitura patrimonial e prudencial coerente. As áreas técnicas produzem dados, análises e relatórios; a governança superior supervisiona, questiona e decide; a auditoria e os controles internos avaliam aderência e efetividade.

Essa distribuição de papéis é importante porque capital não é tema de competência única. Sua adequada gestão depende de informações contábeis fidedignas, leitura de riscos, integração com políticas internas, acompanhamento gerencial e deliberação institucional. Em linguagem pública, a mensagem é clara: a OZ trata o gerenciamento do capital como assunto de governança corporativa.

6.1 Síntese pública da governança

Instância	Responsabilidade principal	Função institucional
Diretoria	Aprovar a política, revisar premissas e deliberar em situações relevantes	Assegurar supervisão estratégica do capital
Áreas de risco e controles	Apoiar a leitura integrada entre riscos, limites e suficiência patrimonial	Conectar risco, governança e capital

Áreas contábil e financeira	Produzir bases patrimoniais e informações de suporte	Sustentar a análise quantitativa e gerencial
Compliance e controles internos	Acompanhar aderência, consistência e atualização dos instrumentos	Fortalecer disciplina prudencial
Auditoria interna	Avaliar aderência e efetividade do processo	Contribuir para rastreabilidade e melhoria contínua

7. Estrutura de capital e leitura patrimonial

A estrutura de capital pode ser compreendida, em linguagem pública, como a base patrimonial de que a instituição dispõe para sustentar suas atividades, absorver perdas inesperadas e manter conformidade com os limites prudenciais aplicáveis. Em ambiente regulado, essa leitura envolve conceitos técnicos como Patrimônio de Referência, mas sua lógica geral pode ser explicada de forma mais acessível: a instituição precisa saber se sua base patrimonial é suficiente e estável diante do risco de seu negócio.

Mais do que observar um único indicador em determinado momento, a OZ procura analisar a qualidade dessa base patrimonial, sua consistência ao longo do tempo, sua relação com a geração de resultados, o impacto potencial de distribuições de lucros e a sua capacidade de suportar oscilações do ambiente econômico e regulatório. Essa é uma visão mais madura do capital, porque evita a ilusão de que o simples cumprimento pontual de um mínimo regulatório seria suficiente em qualquer circunstância.

O tema também exige cautela na divulgação pública. Informações patrimoniais detalhadas, fórmulas internas, projeções reservadas ou dados sensíveis de natureza estratégica podem ser mais adequadamente tratados em instrumentos prudenciais específicos, relatórios internos ou divulgações regulatórias próprias. Por isso, esta política pública privilegia a explicação conceitual e institucional da estrutura de capital, preservando o nível de proteção compatível com o interesse da instituição.

Em síntese, a OZ considera o capital não apenas como requisito formal, mas como base de sustentação do negócio. Essa leitura patrimonial mais ampla é a que permite conectar capital a continuidade, resiliência e governança prudencial.

8. Riscos relevantes para fins de capital

O planejamento e o gerenciamento do capital somente fazem sentido quando vinculados a uma leitura adequada dos riscos relevantes da instituição. No caso da OZ, essa leitura é feita à luz do modelo de negócios, da materialidade das exposições, dos controles mitigadores existentes e da natureza das operações. Não basta listar categorias de risco; é necessário compreender como elas se comportam no contexto real da instituição e em que medida podem gerar demanda prudencial sobre o capital.

Entre os riscos que merecem consideração estão, em especial, os riscos operacional, de mercado e de liquidez, sem prejuízo da análise de outras exposições residuais cuja materialidade deva ser observada à luz da avaliação interna de riscos e do ambiente prudencial aplicável. A relevância de cada risco não é definida de forma abstrata. Ela depende da forma como a instituição opera, de sua estrutura de processos, de sua exposição a eventos adversos e de sua capacidade de mitigação.

Em perspectiva pública, isso significa que a OZ não analisa capital de maneira dissociada do risco. O capital é lido como resposta patrimonial à exposição prudencial do negócio. Quando o risco é adequadamente identificado, classificado e monitorado, a análise de capital torna-se mais confiável. Quando risco e capital se dissociam, a governança prudencial se enfraquece.

Essa integração explica por que a política de gerenciamento do capital dialoga com políticas de risco, com a avaliação interna de risco e com os demais instrumentos de controle da instituição. O objetivo é produzir uma visão patrimonial coerente com a realidade operacional e não apenas com um enunciado normativo genérico.

8.1 Exemplo público de leitura entre risco e capital

Risco	Como pode afetar a instituição	Por que importa para o capital
Operacional	Perdas decorrentes de falhas de processo, sistema, pessoas ou eventos externos	Pode pressionar patrimônio e exigir resposta prudencial
Mercado	Oscilações em exposições sensíveis à variação de preços e taxas	Pode afetar resultados e margens patrimoniais
Liquidez	Pressões sobre capacidade de cumprir obrigações em prazo adequado	Pode exigir medidas defensivas e reavaliação de estratégia
Governança e continuidade	Eventos capazes de comprometer disciplina de controle e funcionamento	Afetam resiliência institucional e leitura prudencial

9. Avaliação da adequação do capital

A avaliação da adequação do capital constitui o núcleo lógico desta política. Em essência, trata-se de responder de forma consistente à seguinte questão: o capital disponível é suficiente, hoje e no horizonte prospectivo considerado, para suportar o perfil de risco da instituição e assegurar a continuidade de suas operações em condições prudenciais adequadas?

A resposta a essa pergunta não decorre de verificação mecânica de limite. Ela exige leitura integrada do modelo de negócios, dos riscos relevantes, dos mecanismos de mitigação, do histórico de resultados, das projeções gerenciais, das possíveis mudanças no ambiente regulatório e da capacidade da administração de reagir tempestivamente a sinais de

deterioração. Em instituições de menor complexidade relativa, a ênfase pode ser mais qualitativa do que em grandes conglomerados; ainda assim, a seriedade da avaliação não diminui.

Na prática, a OZ busca avaliar não apenas se está enquadrada no presente, mas se sua estrutura patrimonial revela margem prudencial adequada diante de cenários plausíveis. Essa lógica evita que a política se limite a registrar que a situação atual é suficiente, sem perguntar se ela permaneceria suficiente diante de mudanças razoavelmente previsíveis do negócio ou do ambiente externo.

Essa abordagem é importante para o público externo porque demonstra maturidade institucional. A OZ não trata a adequação do capital como dado estático; trata-a como processo de avaliação contínua, prudente e integrado à governança.

10. Visão prospectiva e estratégia de capital

O gerenciamento prudencial do capital exige visão voltada para frente. Uma instituição pode apresentar adequação patrimonial satisfatória no presente e, ainda assim, encontrar-se vulnerável em futuro próximo se não considerar crescimento do negócio, mudanças regulatórias, deterioração de receitas, aumento de custos, pressões operacionais ou cenários de estresse. Por isso, a política incorpora perspectiva prospectiva e não apenas retrospectiva.

A estratégia de capital da OZ está associada a uma postura conservadora. Em termos institucionais, isso significa buscar manutenção de níveis patrimoniais compatíveis com o negócio, preservar margem acima dos mínimos prudenciais aplicáveis, considerar com cautela decisões que afetem a base de capital e manter capacidade de resposta caso o ambiente se torne menos favorável. A estratégia de capital, portanto, não se resume ao presente patrimonial; ela envolve escolhas sobre crescimento, retenção, prudência e resiliência.

Essa visão prospectiva também possui dimensão de planejamento. O capital deve ser observado em conexão com o horizonte de negócios da instituição, inclusive em relação a mudanças de porte, transformação operacional, investimentos relevantes, reforço de infraestrutura, alterações de sistema, expansão de canais ou outras iniciativas que possam repercutir sobre risco e patrimônio.

Em linguagem pública, a mensagem é que a OZ procura pensar capital com antecedência. A instituição não depende apenas da reação ao problema consumado; ela procura antecipar pressões e preservar flexibilidade prudencial para lidar com diferentes cenários.

11. Monitoramento contínuo e indicadores prudenciais

A elaboração anual da política não substitui a necessidade de monitoramento contínuo do capital. Para que o gerenciamento seja efetivo, a instituição precisa acompanhar de forma periódica indicadores patrimoniais e prudenciais, analisar tendências, interpretar variações e identificar sinais de atenção antes que eles se convertam em desenquadramento ou perda relevante de margem de segurança.

Em perspectiva pública, isso significa que a OZ acompanha a evolução de métricas prudenciais, informações patrimoniais, comportamento dos riscos relevantes e impactos potenciais de mudanças no ambiente de negócios. A leitura não se limita ao número isolado do encerramento do período. O foco está na tendência e na capacidade de reação.

O valor do monitoramento está justamente na antecipação. Quando a instituição observa indicadores de forma contínua, ela ganha condições de agir preventivamente, recalibrar decisões, rever premissas, discutir medidas de contenção ou reforço e submeter o tema à Diretoria antes que a pressão prudencial se torne mais severa.

Esse acompanhamento contínuo também fortalece a integração entre capital, risco e governança. Ao monitorar o capital de forma viva, a instituição evita que a política se transforme em documento estático desconectado da realidade operacional.

12. Cenários de estresse e leitura de sensibilidade

Uma política prudencial madura não se limita ao cenário base. Ela também considera como a instituição se comportaria em condições menos favoráveis. Por isso, a OZ incorpora, em sua leitura de capital, a consideração de cenários adversos plausíveis, incluindo redução de receitas, maior pressão sobre despesas, eventos operacionais relevantes, mudanças de mercado e outros fatores que possam afetar a suficiência patrimonial.

Esses exercícios não possuem a finalidade de prever exatamente o futuro, mas de testar a resiliência do capital em hipóteses razoáveis de deterioração. A leitura de estresse ajuda a administração a identificar pontos de maior sensibilidade, refletir sobre a velocidade de resposta necessária e avaliar se as medidas de contingência imaginadas seriam suficientemente efetivas.

Em termos institucionais, o uso de cenários de estresse demonstra maturidade porque desloca a análise do conforto do cenário ordinário para a disciplina da preparação prudencial. A instituição não presume que o ambiente permanecerá sempre favorável; ela considera a possibilidade de pressão e pensa, de antemão, como proteger sua base patrimonial.

Para o público geral, a lógica é bastante intuitiva: organizações sólidas não esperam a crise chegar para começar a pensar no que fariam. Elas testam, ainda que conceitualmente e de forma proporcional, sua capacidade de suportar cenários mais exigentes.

13. Plano de contingência de capital

A existência de um plano de contingência é componente importante do gerenciamento do capital. Isso significa que a instituição deve refletir antecipadamente sobre quais medidas estariam disponíveis caso sua margem prudencial fosse pressionada por perdas, deterioração de resultados, crescimento acima do previsto, mudanças regulatórias, eventos operacionais ou outros fatores relevantes.

Entre as medidas possíveis, em nível conceitual, podem estar reforço de capital pelos acionistas, revisão do ritmo de crescimento, ajuste de determinadas atividades, contenção temporária de exposição, reavaliação de distribuição de resultados ou outras providências compatíveis com a gravidade do cenário. A escolha concreta depende da situação, da materialidade do evento e da leitura da administração.

A relevância do plano de contingência não está em pressupor crise iminente, mas em evitar imprevisto em ambiente de pressão. Quando a instituição pensa previamente em respostas possíveis, ela amplia sua capacidade de agir com disciplina e menor desgaste em situações adversas. Esse é um traço característico de uma governança prudencial madura.

Na leitura pública desta política, a contingência deve ser entendida como mecanismo de preparação. Ela demonstra que a OZ trata o capital não apenas em sua dimensão ordinária, mas também na perspectiva de resiliência sob estresse.

14. Integração com riscos, controles internos, AIR e Pilar 3

O gerenciamento do capital não opera isoladamente. Ele se integra ao ecossistema de governança prudencial da instituição, inclusive avaliação interna de risco, políticas de gerenciamento de riscos, controles internos, relatórios gerenciais, instrumentos de divulgação regulatória e demais documentos que compõem a arquitetura de supervisão e administração da OZ.

Essa integração é importante porque o capital só pode ser adequadamente compreendido se dialogar com a leitura dos riscos e com a qualidade dos controles mitigadores existentes. Da mesma forma, a divulgação externa de informações prudenciais precisa ser coerente com a forma como a instituição efetivamente monitora, avalia e decide internamente sobre capital e risco.

A AIR, por exemplo, ajuda a identificar materialidade e relevância dos riscos que podem pressionar a estrutura patrimonial. O Pilar 3, quando aplicável, fornece camada adicional de transparência prudencial. Os controles internos ajudam a assegurar integridade de processos, qualidade das informações e aderência da execução ao desenho aprovado pela administração.

Em linguagem pública, essa articulação demonstra que a OZ não trata capital como documento solitário. O tema se insere em arquitetura mais ampla de governança, o que reforça sua coerência, sua credibilidade e sua utilidade prática.

15. Compromisso institucional, revisão e disposições finais

Ao disponibilizar esta versão pública da Política de Gerenciamento do Capital, a OZ Corretora de Câmbio reafirma seu compromisso com prudência, governança, resiliência patrimonial e responsabilidade institucional. O documento busca oferecer ao público uma visão clara, robusta e institucionalmente consistente de como a matéria capital é tratada pela instituição.

Esta versão pública não substitui o plano de capital, os relatórios prudenciais específicos nem a documentação interna de gestão. Sua finalidade é comunicar, de forma didática e segura, o racional prudencial que sustenta a política, os princípios que orientam a administração e a integração do tema capital com a estrutura mais ampla de riscos e controles internos da OZ.

A política será revista sempre que houver necessidade de atualização normativa, mudança relevante do modelo de negócios, alteração significativa no perfil de risco da instituição ou aperfeiçoamento relevante de governança. Essa revisão periódica é parte do próprio compromisso com a aderência e com a melhoria contínua.

Até que nova revisão seja aprovada, o presente documento permanece como referência pública do compromisso da OZ Câmbio com gerenciamento de capital sério, proporcional, rastreável e alinhado às melhores práticas prudenciais aplicáveis ao seu perfil institucional.

OZ Corretora de Câmbio S.A.

Tel: +55 (11) 3113-2700

SAC: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Canal de Denúncia: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Ouvidoria:

https://risc.advicetech.com.br/Ouvidoria_front/paginas/default.aspx?CD_CHAVE=9D020B59-E97D-4CB7-A8B7-8824C87196C6